

*Discurso na cerimônia de assinatura
da Carta de Crédito nº 500 mil da
Caixa Econômica Federal*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 16 DE MARÇO DE 1999

Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano, Sérgio Cutolo; Senhor Presidente da Caixa, Doutor Emílio Carazzai; Senhores Parlamentares; Mutuários; Senhoras e Senhores,

Tenho poucas palavras a acrescentar ao que foi dito pelo Doutor Carazzai, salvo, naturalmente, a satisfação de ver que, com dificuldades ou sem dificuldades, as coisas continuam caminhando no Brasil. De toda maneira, esperamos que, neste ano em curso, consigamos chegar a, pelo menos, 250 mil famílias atendidas (ou pessoas) por esses programas da Caixa Econômica Federal.

Isso significa que nós estamos com a pretensão – que espero que se cumpra – de realizarmos, num ano, aquilo que levou mais ou menos um ano e meio, da outra vez. O programa tem cerca de três anos. Este é o quarto ano.

Queria aproveitar, também, para recordar que, se foi possível dinamizar este programa, com o Carta de Crédito, isso não se fez por casualidade. Fez-se depois de muito esforço. Acho que seria justo mencionar que houve trabalho dos Ministros de Planejamento ante-

riores – ministro José Serra, Ministro Paulo Paiva e o ministro Antônio Kandir – que se esforçaram e, certamente, da Secretaria de Política Urbana e da Caixa Econômica Federal. Porque para se ter algum resultado é preciso que haja uma coordenação de esforços.

E, a propósito, vez por outra, leio alguma alusão ao fato de nós termos criado uma Secretaria de Desenvolvimento Urbano. As pessoas, muitas vezes, imaginam que isso significa uma extensão, uma expansão da burocracia pública. Eu queria dizer que nós, simplesmente, estamos racionalizando. Existia uma Secretaria de Política Urbana, no anterior Ministério do Planejamento. Quisemos apenas deslocá-la e dar-lhe um pouco mais de visibilidade pela importância que a questão urbana tem no Brasil. Embora seja muito significativo o esforço de construção de casas, a questão urbana implica, também, políticas de saneamento, políticas de transporte, questões de poluição. Enfim, é preciso haver um foco mais direto na questão urbana.

Essa é a razão pela qual demos mais ênfase à função do Secretário de Desenvolvimento Urbano, qualificando-o como Secretário de Estado. No caso, é o Doutor Cutolo, que já vinha de um trabalho muito ativo, na Caixa Econômica e que, certamente, está sendo continuado, com o mesmo entusiasmo, pelo Doutor Carazzai.

Claro, todas as vezes que se vê – como vimos agora – que foram atendidas 500 mil cartas de crédito, através de diferentes modalidades de programa, tem-se a impressão de que é muito. E, de fato, é. Na verdade, a Caixa Econômica estava paralisada na sua capacidade de atendimento, na questão habitacional, por desordens financeiro-administrativas causadas, basicamente, pelo descalabro inflacionário. Foi preciso colocar tudo isso em ordem, para que a Caixa pudesse, outra vez, oferecer seus serviços à população.

Mas, também, é certo que, diante da imensidão do País e das dificuldades enormes de atendimento, isso tudo fica pequeno, diante do déficit habitacional. E, portanto, os esforços têm que ser redobrados, têm que ser aumentados, para que nós possamos atingir, crescentemente, as camadas que necessitam, efetivamente, de habitação, que necessitam de casa própria.

No Brasil, sempre é assim: os números são, por um lado, enormes e, por outro lado, parecem insuficientes. Eu mesmo me assustei, recentemente, conversando com um dos responsáveis pelo programa de cestas básicas – um dos setores do Comunidade Solidária.

As cestas básicas têm um custo de 390 milhões de reais, ou de dólares, na época – 390 milhões, eu creio que são de reais. Pois bem, o programa das Nações Unidas de alimentação, de distribuição de cestas no mundo todo é de 500 e poucos milhões. Então, um programa só nosso, só do Brasil, é quase do tamanho do programa das Nações Unidas para a distribuição de alimentos no mundo.

Isso não nos deixa contentes, não. É preciso mais ou talvez outros programas substituindo a cesta básica. A cesta básica é um programa que se faz no limite do que é essencial, porque, na verdade, é preciso dar trabalho, dignidade, eventualmente, uma renda, outras formas de assistência e de ocupação para as populações. Mas só para que tenhamos uma ordem de grandeza, de comparação: aqui, vêem-se, a toda hora, reclamações: “Trezentos e noventa milhões, somente.” Bom, para o mundo, são 500.

Certamente, esses programas de habitação – não tenho os dados comparativos – se nós formos compará-los com outros países, certamente aqui são enormes. Quando nós comparamos com as nossas necessidades é pouco. Mas não adianta chorar porque é pouco. Tem que fazer. Tentar fazer avançar mais.

Nesse sentido, a tarefa tanto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano quanto da Caixa Econômica é uma tarefa primordial nessa direção já mencionada. Nós temos que fazer com que haja uma integração maior dos vários programas. Temos também, como já disse, em mais de uma oportunidade, que modificar as formas de mobilização para os recursos para a casa própria, inclusive no financiamento de capital de giro de empresas que possam também oferecer casas próprias. Enfim, há muitas modalidades, o que mostra a precipitação dos que pensam que os problemas se resolvem com a privatização.

Veja por outra, vejo referências insistentes à privatização da Caixa. Sempre reajo da mesma maneira: antes de se propor uma medida

nessa natureza, é preciso entender melhor o que é a Caixa, como é que ela funciona, como é que se racionaliza. É muito cedo para se estar pensando em idéias que não têm ainda enraizamento na prática, na possibilidade, na viabilidade de um país como o nosso. E quem fala não é pessoa que tem ojeriza às privatizações, mas tem ojeriza às precipitações infundadas e à idéia de que, de repente, uma solução mágica resolve tudo. Não.

Nós temos que ver o que temos nas nossas mãos. Temos que melhorar. Temos que racionalizar. E, certamente, na questão entre a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, há muita duplicidade de serviços. É preciso melhorar isso. É preciso racionalizar o uso. Setores de ambas as instituições podem ter parcerias com o setor privado. Mas temos que fazer isso com um procedimento que atenda aos interesses do nosso país. E quem decide isso somos nós.

Então, progressivamente, vamos examinar o que é melhor. E o que for melhor nós faremos. Mas não precisamos estar atados a idéias preconcebidas, prefixadas, de que só de um jeito se resolvem as questões.

Foi por isso que, em mais de uma oportunidade, tanto eu como o Ministro Malan, quando essa questão foi suscitada, nos referimos ao fato de que, já há algum tempo, tomamos a decisão de mandar estudar mais aprofundadamente, através de um órgão que existe para fazer a compatibilização dos sistemas financeiros brasileiros, o que é possível fazer para dar passos seguros no sentido de aumentar o quê: a capacidade que têm as instituições públicas de atender à população.

E é assim que vamos percorrer esse caminho com pressa, mas sem açodamento e, sobretudo, com horror a soluções de bolso de colete, que dizem: “Resolve-se assim.” Se fosse tão fácil, como os que nos antecederam eram pessoas muito inteligentes, até, provavelmente, mais do que nós, já teriam resolvido. É que não é simples. É preciso haver, sobretudo, compreensão dos problemas, convergência de interesses, de entendimentos e, sobretudo, essa noção de que um país como o nosso tem muitas carências e nós precisamos trabalhar com mais afinco para atendê-las.

Por fim, quero agradecer a presença das famílias que aqui vieram. Uma menina, ali, que tentou várias vezes chegar até mim e foi barrada pelos pais. Estava louca de vontade de chegar. Pode chegar, daqui a pouquinho. E quero dizer que fico muito contente de vê-los e desejar que tenham sorte nas casas nas quais estão vivendo, ainda dizer-lhes que vamos continuar dando o melhor de nós para que o Brasil possa seguir adiante.

Muito obrigado.

